



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, informações sobre o aumento de novos casos de HIV no Brasil.

Nesses termos, requisita-se:

1. Dados atuais sobre os casos de HIV/Aids no Brasil, especialmente sobre os novos casos.
2. Quais os motivos que explicam o aumento no índice de novos casos de HIV no Brasil.
3. Quais medidas estão sendo tomadas pelo governo para combater o incremento dos casos de HIV no país.
4. Qual a justificativa para as alterações promovidas no antigo “Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais”, no âmbito do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil já foi referência no controle da epidemia de HIV/Aids no mundo. Foi o primeiro país a oferecer a combinação de tratamento para HIV/Aids e à garantir acesso universal e gratuito ao tratamento. No entanto, hoje o Brasil vai na direção contrária da média mundial e registrou, entre 2010 e 2018, um aumento no número de novas infecções por HIV.

Em oito anos o Brasil apresentou um aumento de 21% no número de novos casos. Em números absolutos, foram 44 mil novos casos em 2010 e 53 mil em 2018. O aumento dos casos registrados no Brasil puxou a média da América Latina. Sem o Brasil, a América Latina teria registrado uma queda de 5% no número de novos casos. A média mundial também registrou uma queda de 16% no número de novos casos no mesmo período. Os dados são do Unaid, programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids, em seu relatório anual.

A situação é ainda mais preocupante tendo em vista as mudanças promovidas pelo atual governo na estrutura do Ministério da Saúde. Em maio deste ano o governo alterou a estrutura do departamento do Ministério da Saúde responsável pelas ações de combate ao HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. Esse era um órgão com atuação histórica na luta contra doença e cuja política é considerada modelo por outros países.

O antigo “Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais” foi alterado para “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”. O órgão foi rebaixando a uma coordenação. Além disso, outras doenças não relacionadas ao contágio sexual foram incluídas na responsabilidade do novo órgão. Essas alterações podem prejudicar o combate às doenças sexualmente transmissíveis no Brasil.

Outro dado que gera grande preocupação é o aumento de novos casos entre jovens de 15 a 19 anos. Uma importante ferramenta para conter o avanço entre os jovens é a educação sexual. Relatório publicado pela Unesco afirma que a inclusão curricular de aspectos sociais, cognitivos, físicos e emocionais da educação em sexualidade contribui para o adiamento do início da vida sexual, a redução do número de parceiros e o aumento do uso de preservativos e outros métodos contraceptivos.

No entanto, ao invés de incentivar a educação sexual como forma de prevenir a Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, o governo promove uma verdadeira cruzada contra o tema no Brasil. O próprio Presidente da República parece travar uma guerra pessoal contra a educação sexual. Essa atitude do Presidente pode levar a um agravamento da situação no país.

Diante desses dados preocupantes, é preciso conhecer as causas desse aumento de casos e, principalmente, o que está sendo feito pelo governo federal para reverter essa tendência.

Sala das Sessões, de de .

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)